

# **A permanência de estudantes indígenas no Ensino Superior: O caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Casa do Estudante Indígena<sup>1</sup>**

Raquel Santos Franckini (PPGAS-UFRGS/Rio Grande do Sul)

**Resumo:** O presente trabalho procura analisar a relação entre a ampliação de condições que promovam a permanência de estudantes indígenas no Ensino Superior e a conquista da Casa do Estudante Indígena (CEI) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Resultado de pesquisa realizada para produção de Trabalho de Conclusão de Licenciatura (TCL) do curso de Ciências Sociais em 2023, o trabalho procura compreender a conquista da casa nos termos em que foi colocada pelas estudantes durante o processo de reivindicação: Uma retomada de território indígena tradicional. A partir de análise retrospectiva do processo de conquista da CEI, por meio de entrevistas semiestruturadas e dados secundários, além de observação participante na casa, o objetivo foi procurar apreender de que maneira a casa possibilita a ampliação das condições de permanência de estudantes indígenas no Ensino Superior e como se deu a articulação política entre as estudantes para organizar um movimento de reivindicação pela casa. Assim, procura-se apresentar o processo de conquista da CEI, relacionando-o ao movimento político dos estudantes indígenas na UFRGS, e apreender de que forma, e por meio de quais mecanismos, a existência da casa amplia as condições de permanência no Ensino Superior. A pesquisa realizada busca estabelecer um debate com as demais experiências de implementação de políticas que visam o ingresso e permanência de estudantes indígenas no Ensino Superior.

**Palavras-chave:** Ações Afirmativas; Estudantes Indígenas; Permanência.

## **Introdução**

“Eu não entendo vocês antropólogos”, me diz Angélica<sup>2</sup> sob a lona que recobre o espaço de convivência na ocupação pela Casa do Estudante Indígena (CEI), em frente à

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

<sup>2</sup> Angélica Domingos é graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social e doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação, ambos da mesma universidade. Liderança política Kaingang do Rio Grande do Sul e mãe de três filhos. Angélica é minha principal interlocutora, desde o

um prédio abandonado na região central de Porto Alegre; “vocês vão até a aldeia pra estudar os indígenas, mas não olham pra gente aqui”. Em março de 2022, em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, o Coletivo de Estudantes Indígenas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e demais lideranças da região, ocuparam um prédio abandonado da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC), procurando pressionar a UFRGS para que a demanda por uma moradia estudantil específica para as<sup>3</sup> estudantes indígenas fosse atendida.

A fala de Angélica, citada acima, uma das primeiras anotações em meu diário de campo, representa o que muitas das estudantes com as quais conversei durante campo na ocupação e, posteriormente, no que veio a ser a Casa do Estudante Indígena da UFRGS, entendem ser o posicionamento da universidade perante suas presenças na instituição: Um apagamento ou, simplesmente, um escanteamento.

Por mais que em sua fala Angélica estivesse expressando uma frustração em específico com o campo da Antropologia – crítica acurada que envolve um determinado conjunto de autorrepresentações da Antropologia e seus objetivos e objetos/sujeitos de pesquisa, conforme também argumentado pelo antropólogo João Pacheco (Oliveira, 2019) -, entendo que sua fala representa uma percepção generalizada entre as estudantes que ingressam no sistema de ensino superior por meio de políticas de ação afirmativa: Suas presenças são institucionalmente relevadas, sendo que uma incorporação de seus saberes e vivências é algo que, quando ocorre, se dá a partir de um percalço conflituoso e, por vezes, subjetivamente penoso para estas estudantes.

Enquanto antropóloga (ainda que em formação, não graduada na época), a fala de Angélica me causou um inquietamento decisivo para a constituição do meu objetivo de pesquisa, e embasa grande parte das reflexões que venho procurando desenvolver desde

---

início da minha inserção em campo até o momento atual, tendo sido responsável por dar início à diversos debates que foram fundamentais na formulação de meu objetivo central no que veio a ser minha pesquisa. <sup>3</sup> Optei por me referir às estudantes indígenas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul com as quais dialoguei durante o campo somente no feminino, ao longo de todo o trabalho. Tal escolha se deu por dois motivos: 1) Tanto no momento de escrita do trabalho, quanto no momento de articulação do movimento indígena da universidade para conquista da Casa do Estudante Indígena, as mulheres eram a maioria numérica dentre as estudantes; 2) Durante o movimento de ocupação e retomada da casa, as mulheres indígenas tomaram a frente da reivindicação, principalmente a partir das demandas trazidas em relação às suas vivências enquanto estudantes, indígenas, mulheres e mães na universidade. Não se trata, aqui, de diminuir a importância da participação dos homens no movimento, mas, sim, de manter uma coerência – política, ética – acerca de nossa compreensão da relevância da demanda das mães no processo.

então. Se a Antropologia não olha para as indígenas dentro da universidade, pois então que passemos a olhar.

O presente trabalho visa abordar o caso da reivindicação, luta e conquista da Casa do Estudante Indígena da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, inaugurada em 2022, visando compreender sua relação com a ampliação de condições de permanência de estudantes indígenas na instituição.

Nesse sentido, portanto, o objetivo é apreender quais políticas de permanência estão sendo exigidas da universidade, e como vem se dado a articulação política das estudantes para pleiteá-las, além de procurar abordar de que maneira a UFRGS atende – ou não – estes pleitos.

Fruto de pesquisa realizada para produção de Trabalho de Conclusão de Licenciatura do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, neste trabalho pretendo analisar retrospectivamente o processo de conquista da CEI, a partir de entrevistas semiestruturadas e dados secundários, além de observação participante na casa.

Em um primeiro momento, pretendo introduzir brevemente como foi o processo de implementação de ações afirmativas voltadas para o ingresso de estudantes indígenas na UFRGS, assim como descrever como se desenvolveu a demanda por uma moradia estudantil indígena.

Em seguida, o objetivo será apresentar o processo de ocupação e retomada que levou à conquista da atual Casa do Estudante Indígena, procurando adentrar em alguns exemplos de relatos de algumas de minhas interlocutoras, onde procuro apreender a relação da conquista da CEI com a permanência das estudantes.

Em uma terceira parte, irei adentrar em algumas das temáticas e problemáticas teóricas que tenho delineado na continuação de minha pesquisa no contexto do curso de Mestrado em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS (PPGAS/UFRGS). Algumas breves palavras de considerações finais irão concluir o texto.

**Ações Afirmativas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a demanda pela Casa do Estudante Indígena**

Localizada em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) conta com cerca de 26.511 alunos matriculados em cursos de graduação, sendo 75 destes, estudantes indígenas (UFRGS, 2023).

Segundo o Censo de 2010 (IBGE, 2010), há cerca de 34 mil indígenas residentes no estado (0.33% da população local), sendo a maior parte pertencente às etnias Kaingang, Guarani, Xokleng e Charrua (Estado do Rio Grande do Sul, 2012).

A partir da articulação política de diferentes comunidades indígenas do Rio Grande do Sul, lideranças e intelectuais da região, era pautado, desde pelo menos 2004, a criação de ações afirmativas voltadas ao ingresso de indígenas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Doebber & Bergamaschi, 2020).

A demanda foi atendida após diversos anos de diálogo entre lideranças indígenas, apoiadores das políticas de ações afirmativas e membros da universidade, a partir da Decisão 134/2007 do Conselho Universitário (UFRGS, 2007), ocorrendo, a partir de 2008, a criação anual de dez vagas suplementares de cursos de graduação por parte da universidade.

O ingresso, desde então, ocorre por meio de processo seletivo diferenciado, denominado Processo Seletivo Específico para Ingresso de Estudantes Indígenas (PSEI), onde as estudantes devem passar por duas etapas avaliativas: Uma prova objetiva onde são abordados conhecimentos acerca da Língua Portuguesa e a elaboração de uma redação.

Já a reivindicação, por parte das estudantes indígenas da UFRGS, de uma Casa do Estudante específica para estudantes indígenas, é pautada desde o início do ingresso destas na universidade, sendo, porém, oficializada por meio de uma carta aberta dirigida à Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas (CAF), em setembro de 2017.

A carta tinha como objetivo a oficialização da demanda das estudantes indígenas da UFRGS por uma Casa do Estudante Indígena, uma “Êg ãn”<sup>4</sup> (casa, em Kaingang), onde estas poderiam praticar seus modos de viver e conviver dentro da universidade.

---

<sup>4</sup> Percebe-se, aqui, na nomenclatura da própria casa, a prevalência numérica de estudantes Kaingang no movimento de estudantes indígenas da UFRGS. Tal prevalência, entendemos, ocorre por dois motivos: 1) A população indígena mais numerosa no estado do Rio Grande do Sul, assim como na UFRGS, é a Kaingang; 2) Para além de questões meramente demográficas, pode-se argumentar que um dos motivos

As estudantes justificaram a demanda a partir de diversos eixos, sendo um destes a própria Constituição de 1988, onde está previsto o reconhecimento e respeito às manifestações culturais e aos modos de viver das populações originárias do país.

Outro eixo que as estudantes apontaram como uma das justificativas da demanda pela CEI era, ainda, a necessidade de qualificar as políticas de Ações Afirmativas voltadas às estudantes indígenas na universidade.

Assim, muitas das estudantes traziam falas onde reiteravam a necessidade de que políticas de permanência, e não somente de ingresso, fossem desenvolvidas e aprimoradas. Tais medidas de permanência passariam necessariamente, segundo as estudantes, pelo reconhecimento dos múltiplos contextos nos quais se dão suas trajetórias individuais enquanto estudantes indígenas, principalmente no que diz respeito às estudantes mães.

Nesse sentido, portanto, pode-se observar que ao mesmo tempo que houve uma mobilização política estratégica de uma unidade entre as estudantes indígenas da universidade, houve a reivindicação de um reconhecimento de suas múltiplas trajetórias

A retomada da Casa do Estudante Indígena proporcionaria, então, a possibilidade de que os laços de aliança e parentesco entre as estudantes fossem estreitados, que uma unificação fosse desenvolvida, e, ao mesmo tempo, que cada estudante pudesse ocupar um espaço na instituição de acordo com as necessidades que suas trajetórias pessoais impunham.

### **A ação retomada (institucional?): A conquista da CEI**

Em março de 2022, o Coletivo de Estudantes Indígenas da UFRGS decidiu por ocupar um antigo prédio da prefeitura, próximo a Faculdade de Educação (FACED) da universidade. O prédio se encontrava abandonado desde o início do mesmo ano, tendo a prefeitura doado o imóvel para a UFRGS, o qual foi posteriormente devolvido à prefeitura.

---

que levam mais estudantes da etnia Kaingang ao ensino superior, seja o fato de que os territórios Kaingang no estado possuem um sistema de educação básica já bem estabelecido, o que os/as colocam em posição muitas vezes vantajosa, em termos de formação, para a realização de um processo seletivo para ingresso no ensino superior. Para uma discussão mais detalhada acerca das trajetórias de estudantes Kaingang na UFRGS, ver Ames (2019) e Ames & Almeida (2021).

A ocupação foi iniciada no dia 06 de março de 2022 (Derivas, 2022), e tinha enquanto objetivo principal pressionar a universidade para que esta provesse alguma resposta à reivindicação por uma Casa do Estudante Indígena. A partir do primeiro dia de ocupação, apoiadoras/es autônomos e partidários passaram a contribuir com suas presenças no espaço ocupado, o que chamou a atenção da mídia local.

A escolha por ocupar um imóvel em um dos locais mais movimentados da cidade foi estratégica. Nas semanas seguintes, estudantes, mães e seus filhos, assim como lideranças indígenas, deram continuidade à ocupação do antigo prédio da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC), em condições precárias (já que a estrutura do prédio se encontrava praticamente toda comprometida), sendo necessário estabelecer acampamentos provisórios na rua, em frente ao imóvel.

**Figura 1:** Faixa colocada pelas estudantes em frente ao prédio da SMIC.



Fonte: Alass Derivas, 2022.

Nesse contexto, foram iniciados os diálogos entre as estudantes indígenas, lideranças, reitoria, Coordenadoria de Acompanhamento do Programa de Ações Afirmativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAF/UFRGS) e prefeitura de Porto Alegre.

Seguiram-se, durante o mês de março, semanas em que ocorreram negociações, conflitos e reuniões entre os atores envolvidos. Assim que foi sinalizado pela reitoria, no final do mês de março, que o imóvel que seria destinado para a construção da Casa do Estudante Indígena, se tratava da antiga creche da universidade, as estudantes e lideranças indígenas prontamente ocuparam o local e inauguraram a CEI, finalmente uma “Êg in”.

Tal estratégia foi definida pelas estudantes e lideranças como uma retomada de território indígena ancestral. Em falas públicas, a retomada era definida como uma

continuação de um movimento mais amplo de retomada da presença e territorialidade indígena em todos os espaços que atualmente compõem territórios que, originalmente, eram de populações indígenas diversas, como é o caso de todo o território brasileiro.

Ao contrário do sentido tradicionalmente atribuído às retomadas, em que uma parcela de território, onde há um reconhecimento de que gerações pretéritas de parentes habitaram o local, é reivindicado, na retomada da Casa do Estudante Indígena o território retomado se trata de um espaço institucional.

Constata-se, então, uma ampliação do sentido atribuído à categoria de retomada enquanto ação política. Ação política esta que é efetivada por coletividades indígenas por todo o Brasil desde, pelo menos, os anos 80 (Alarcon, 2014). É possível, ainda, relacionar o advento da ampliação da categoria retomada com o ingresso cada vez maior, a partir dos anos 2000, de estudantes indígenas no Ensino Superior.

A retomada, como foi nomeada a ação de luta e conquista da Casa do Estudante Indígena da UFRGS, parece ser uma ação política que realiza um movimento de reafirmação do que se é: Não virar outra coisa, reafirmar o que se é e, com esta identidade reafirmada, exigir direitos. Uma retomada que busca reafirmar a identidade de indígena e *evidenciar* a identidade de *estudante* indígena.

Tal estratégia ou ação política está ligada a uma “distintividade histórica e cultural reivindicada como uma memória de resistência, trazida à tona nos aspectos expressivos e ritualísticos de suas práticas coletivas” (Jardim, 2013).

Utilizar-se de uma distintividade histórica e cultural enquanto fundamento para a formulação de um movimento político de resistência, que se insira na esfera pública de maneira significativa o suficiente para ter seus pleitos considerados e atendidos, é uma estratégia política que é utilizada há décadas pelos movimentos indígenas e negro no Brasil.

No atual cenário nacional e internacional de ampliação de políticas de reconhecimento, a ação retomada (Alarcon, 2014), aliada a uma mobilização política dos diacríticos contrastantes da etnicidade (Barth, 2003) parecem formular uma estratégia específica dos movimentos indígenas no Brasil.

Para as estudantes que entrevistei no período de elaboração do TCL, a CEI é vista como central para permanecerem na universidade. A construção de um espaço onde possam

conviver com seus familiares em condições dignas e onde não tenham que lidar diariamente com situações de preconceito altera completamente suas experiências na instituição.

Como Woie<sup>5</sup>, estudante indígena da etnia Xokleng, coloca, a construção da CEI possibilitou a perpetuação de dinâmicas de suma relevância para a permanência destas estudantes em um ambiente em que seus modos de ser e conviver eram desrespeitados cotidianamente

“Eu fiz minha defesa do meu projeto [de Doutorado] com meu bebê e aí quando eu estava defendendo a dissertação eu estava com meu bebê no colo também. Então é dessa forma, eles tão andando caminhando aprendendo se formando junto com nós. Então isso é uma educação própria: Nós ensinamos eles, é dessa forma que a gente não só se forma a gente tem um laço familiar com outros parentes aqui, com as lideranças aqui também. É dessa forma que é nossa educação própria. É a educação diferente, uma educação que você aprende junto, a luta continua, é constante, todo dia a gente ta lutando. É nessas formas de luta que nossas crianças estão junto com nós, estão aprendendo junto com nós, aprendendo nossas línguas, nossos costumes. Nós estamos fazendo todos a mesma coisa que era lá no mato, tudo que nós fazemos na aldeia. Não é porque a gente ta na cidade que a gente deixa de ser índio e deixa de fazer o que a gente faz. E onde nós estivermos nós vamos ser. E essa permanência que a universidade não aceita. não aceita nossa crianças junto das nossas salas de aula, não aceita quando a gente fala: “Ah, nós temos uma educação e demanda diferente que precisa ser respeitada”

A convivência, junto dos parentes e demais estudantes, que é possibilitada pela casa, permite que as estudantes deem continuidade às suas trajetórias sem deixar de lado suas especificidades socioculturais, como explicita o relato de Rejane<sup>6</sup>, outra interlocutora chave

“Sem dúvida a gente tá com a nossa família, os nossos filhos, né, que são as nossas sementes. Eu sempre digo assim: “Eu fui semente daquelas mulheres, e eu carrego as minhas sementes”. Então a gente vem semeando aí cada vez mais nessas retomadas por território, universidade, território, corpo, nosso corpo é um território né, a gente vai descolonizando esses espaços que a gente passa, e a permanência, ou melhor, a casa do estudante indígena e a permanência, elas andam juntas. Porque a gente precisa dos nossos espaços para fazer nosso fogo de chão, a gente precisa colocar nossos pés na terra, a gente precisa tá nesses espaços redigindo a nossa história. E

---

<sup>5</sup> Graduado em Licenciatura Intercultural Indígena pela Universidade Federal de Santa Catarina e mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Liderança política Xokleng de Santa Catarina e pai.

<sup>6</sup> Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional e doutoranda em Antropologia Social, ambos também pela UFRGS. Liderança política Kaingang do Rio Grande do Sul e mãe.



deixando, mostrando...acho que é mostrando a palavra, não é nem deixando, mas mostrando que os trabalhos acadêmicos que são feitos dentro dos territórios e que nunca voltam no retorno para as nossas aldeias...hoje em dia a gente vem fazendo ao contrário, a gente vem dizendo: olha a gente cansou de ser objeto de trabalho e a gente precisa ecoar essas vozes. Então a CEI hoje ela é um movimento de permanência, de direito e respeito com a vivência dos povos indígenas né, respeitar as especificidades culturais.”

A casa e a permanência parecem andar juntas, como colocado por Rejane, e, ao que tudo indica, a consolidação da Casa do Estudante Indígena e das redes de apoio e convivência que lhe possibilitam funcionar de maneira cada vez mais próxima àquela desejada pelas estudantes é decisiva para a ampliação das condições de permanência destas estudantes na UFRGS.

As falas das entrevistadas parecem reafirmar que a existência de uma moradia específica para as estudantes indígenas da universidade amplia as condições de permanência destas na instituição quando proporciona um ambiente apropriado para a reprodução da vida (Santos, 2021).

A conquista da casa se deu em meio a conflitos e anos de morosidade por parte da universidade. Parece relevante, portanto, notar como a UFRGS se apropriou da existência da casa após o processo de retomada do espaço.

Apesar do espanto e conflito inicial que se estabeleceu a partir do momento que as estudantes decidiram por prontamente retomar o espaço da antiga creche da universidade, a notícia da inauguração de uma Casa do Estudante Indígena na UFRGS foi promovida por todos os canais de comunicação da instituição, ressaltando a criação da moradia como parte de um conjunto de esforços da UFRGS em respeitar a diversidade e promover uma inclusão às estudantes indígenas.

Nesse sentido, nos parece extremamente relevante, em investigações futuras, procurarmos dar conta também de como a instituição e seus representantes – servidores de diversos departamentos da universidade, além da reitoria – vêm dialogando com as demandas das estudantes e com o movimento estudantil indígena como um todo.

**Etnicidade, movimento político indígena e a ação retomada institucional:  
Encaminhamentos iniciais**

São diversas as pesquisas que tratam das políticas de reconhecimento/inclusão voltadas aos coletivos indígenas no país e, conseqüentemente, acabam por discutir a presença de novos sujeitos políticos em espaços institucionais, sejam eles educacionais (Carneiro, 2013; Ferreira, 2014; Brito, 2016; Doebber, 2017; Fernandes, Ames & Domingos, 2017; Ames, 2019; Domingos, 2022; Franckini, 2023) ou políticos (Venancio, 2019; Nascimento, 2020; Kós, 2022).

Pensar a nova relação travada entre Estado-Movimento indígena em espaços institucionais nos leva, assim, a investigar como tal relação se configura em um contexto de expansão de políticas identitárias calcadas em um multiculturalismo globalizado.

A conquista da Casa do Estudante Indígena da UFRGS e o seu processo de consolidação, o qual ainda está em curso, parece possibilitar a elaboração de problemáticas de suma relevância para a compreensão da crescente presença de novos sujeitos políticos e seus pleitos de justiça em espaços institucionais, as atuais estratégias mobilizadas pelo movimento político indígena no Brasil para acessar direitos e políticas públicas e, ainda, para a apreensão de como as políticas de reconhecimento relacionadas à etnicidade vem sendo implementadas no país.

A etnicidade, mobilizada pelas estudantes no processo de retomada da casa, pode aqui ser entendida enquanto uma maneira de se organizar estrategicamente em determinado contexto social a fim de intervir politicamente em uma interação – ou interações, nesse caso – específica (Barth, 2011).

Assim, é importante pensar em como tais identidades são articuladas para que estas estudantes possam acessar direitos sociais básicos que muitos outros estudantes, não racializados, já acessam assim que ingressam na universidade.

As diferentes operacionalizações do par etnia/raça por diferentes agentes sociais, a depender do contexto do campo de disputa em que estão inseridos, podem ser visualizadas nas falas das entrevistadas e nas narrativas acerca da recepção da comunidade universitária às estudantes indígenas.

Entendemos, portanto, que é de suma importância levar em consideração, em nossas análises acerca da conquista, disputa e consolidação da Casa do Estudante Indígena da UFRGS, como a etnicidade vem sendo mobilizada e pautada no movimento político indígena.

A conquista da casa se relaciona, também, com a expansão do sentido atribuído a categoria retomada como ação política, que pode se dar, cada vez mais, também em contextos institucionais.

Assim, a “expansão semântica” da categoria retomada enquanto ação política, operada pelas estudantes indígenas no processo de retomada da atual CEI, exemplifica as novas estratégias políticas desenvolvidas a partir da presença de novos sujeitos políticos em espaços institucionais que antes não ocupavam.

Ao longo do trabalho, procurei relatar e analisar o processo de conquista da Casa do Estudante Indígena da UFRGS, a partir de entrevistas semiestruturadas e consultas à dados secundários, tendo em vista a relação deste processo com as ações afirmativas voltadas ao ingresso de estudantes indígenas na universidade, que, por sua vez, se relacionam a um quadro mais amplo de ampliação das políticas voltadas ao ingresso de indígenas no Ensino Superior.

Desde 2023, é possível notar a ampliação de coletivos e movimentos políticos organizados de estudante indígenas por todo o país: O já citado Coletivo de Estudantes Indígenas da UFRGS, o movimento Estudantes Indígenas do Movimento Maloca UFSC, do estado de Santa Catarina, o CEIND - Coletivo de Estudantes Indígenas UFPR, do estado do Paraná e, ainda, a UPEI – União Plurinacional dos Estudantes Indígenas, de âmbito nacional e o CEIUURS - Coletivo de Estudantes Indígenas Unificados da Região Sul, de âmbito regional<sup>7</sup>.

Assim, pode-se dizer que meu interesse de pesquisa no Mestrado é uma “aproximação com as políticas da diversidade a partir de uma abordagem antropológica” (Jardim & López, 2013, p. 7), tomando o caso da presença (ingresso, percurso e permanência) de estudantes indígenas em instituições de Ensino Superior na região Sul do país como caso etnográfico a ser analisado.

Outro ponto central de minha pesquisa é apreender como estes/as estudantes vem se articulando politicamente a fim de *retomar* a educação e o território da universidade.

---

<sup>7</sup> Podem ser citados ainda, no estado do Rio Grande do Sul o CFI - Centro de Fortalecimento Indígena UFPEL, de Pelotas, e a Casa do Estudante Indígena Augusto Ópê da Silva, de Santa Maria, que constitui também um movimento político. Já no âmbito nacional, podemos citar ainda o COLEI – Coletivo de Estudantes Indígenas da UFMG, de Belo Horizonte, e o CEI - Coletivo de Estudantes Indígenas da UFF, de Niterói.

O foco, portanto, para além da compreensão de como ocorre o ingresso e permanência de estudantes indígenas no ensino superior, seria compreender seus pleitos e suas estratégias – ações políticas, discursos, linguagens mobilizadas, alianças estabelecidas – para que suas presenças em espaços institucionais sejam respeitadas e fortalecidas, além de compreender como estes/as estudantes se apropriam de espaços institucionais que, durante décadas, lhes foi historicamente negado.

Nos parece relevante, ainda, atentar para as estratégias de mobilização de etnicidade que são articuladas pelos diferentes coletivos de estudantes indígenas em seus respectivos contextos regionais-locais, a fim de acessar direitos e políticas da diversidade (Jardim & López, 2013) voltadas para o que se constitui como novos sujeitos de direitos.

Importante reiterar, porém, que meu objetivo ao analisar de maneira pormenorizada e, possivelmente, a partir de um conjunto maior de contextos etnográficos, a ação retomada enquanto principal ação política dos coletivos indígenas no país atualmente, é fugir de uma chave de análise simplista de empoderamento, mas, sim, procurar entender o movimento político dos/as estudantes indígenas da Região Sul do país enquanto um processo social dinâmico, que implica em novas relações sociais destes coletivos com o Estado, com suas concepções e usos da etnicidade e entre seus parentes<sup>8</sup>

Assim como Sigaud argumentou ao definir a forma acampamento (Sigaud, 2000), a “forma retomada institucional” aponta a conformação de uma nova forma de atuar politicamente por parte dos coletivos indígenas no país, o que por si representa uma transformação nas relações sociais entre grupos “minoritários”, contemporaneamente público alvo das políticas de ações afirmativas, o Estado brasileiro, as próprias instituições e, ainda, com outros movimentos sociais do Brasil – como o Movimento Negro, principalmente.

Uma compreensão mais acurada e detalhada acerca da conformação do que pode ser intitulado uma forma retomada institucional me parece, então, ser um dos objetivos centrais do que vem a ser a pesquisa desenvolvida para minha dissertação de Mestrado.

---

<sup>8</sup> “Parente” é como as estudantes indígenas com as quais estabeleci interlocução em campo nomeiam não somente seus parentes consanguíneos, mas também as demais indígenas para além daqueles de sua família nuclear, local de origem e até mesmo etnia, sendo uma noção expandida de parentela, que é utilizada enquanto estratégia de unificação e fortalecimento do movimento indígena.

Me parece relevante, devido a proliferação de organizações de estudantes indígenas – em específico na região Sul – e o número cada vez maior de casos como a retomada da Casa do Estudante Indígena da UFRGS, compreender as articulações, diálogos e coalisões estabelecidas entre os diferentes movimentos políticos organizados por estudantes indígenas de instituições federais de ensino superior.

### **Considerações finais**

O atual desafio me parece ser, portanto, delimitar quais das problemáticas apontadas irá guiar nossa pergunta central da dissertação e, ainda, qual será a delimitação empírica, dentro do amplo universo que constitui os possíveis contextos etnográficos a serem investigados, que será nosso campo para desenvolvimento e desvelamento dos questionamentos que procuramos resumir neste breve ensaio.

O espaço retomado pelas estudantes indígenas da UFRGS foi conquistado em um contexto de disputas acirradas e por meio de muita luta. É de suma importância a consolidação de espaços como a Casa do Estudante Indígena da UFRGS, onde são materializadas políticas de permanência para as estudantes que ingressam na universidade por meio de ações afirmativas e que representam um esforço institucionalizado em incluir tais estudantes no ambiente universitário.

A conquista do acesso ao ingresso ao Ensino Superior, portanto, deve ser o ponto de partida para se pensar a inclusão de grupos socialmente subalternizados na universidade, e não o objetivo último deste movimento.

Esperamos que com a ampliação de debates que envolvam ações afirmativas, etnicidade, direitos sociais e protagonismo indígena, como o campo de estudos que procuramos delinear, seja possível incentivar cada vez mais a criação de espaços como a CEI, onde pode-se ter acesso àquilo que é de todo ser humano por direito: Moradia digna, acesso à educação e o direito de ser quem se é.

### **Referências bibliográficas**

Alarcon, D. F. A forma retomada: contribuições para o estudo das retomadas de terras, a partir do caso Tupinambá da Serra do Padeiro. **RURIS (Campinas, Online)**, Campinas, SP, v. 7, n. 1, 2014. DOI: 10.53000/rr.v7i1.1648. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16877>. Acesso em: 15 jul. 2023.

- Ames, V.. Indígenas no ensino superior: uma análise sobre a formação dos estudantes Kaingang da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2019. **Tese (Doutorado em Educação)**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.
- Ames, V. D. B.; Almeida, M. L. DE .. Indígenas e ensino superior: as experiências universitárias dos estudantes Kaingang na UFRGS. **Sociologias**, v. 23, n. 56, p. 244–275, jan. 2021.
- Barth, F.. “Temáticas Permanentes e Emergentes na Análise da Etnicidade”. In: VERMEULEN, Hans e GOVERS, Cora. **Antropologia da Etnicidade. Para Além de Ethnic Groups And Boundaries**. Tradução Rogério Puga. Lisboa: Fim de Século, Edições, 2003, p. 19-44.
- Barth, F.. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: Poutignat, Philippe; Fenart-Streiff, Jocelyne (orgs). **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2011, 185-229
- Brito, P. O.. Indígena-Mulher-Mãe-Universitária o estar-sendo estudante na UFRGS, 2016, 126 f. **Dissertação (Mestrado em Educação)**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- Carneiro, L.. “Posso ser o que você é sem deixar de ser o que sou!”: a presença de estudantes indígenas na UFRGS – perspectivas para pensar a indigenização da “modernidade”. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais)**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- Derivas, A.. Retomada indígena no centro de Porto Alegre (06 a 13-03-2022). **Deriva Jornalismo**, 2022. Disponível em: , <<https://derivajornalismo.com.br/post/retomada-indigena-no-centro-de-porto-alegre-06-a-13-03-2022/>> Acesso em: 27 de julho de 2023.
- Doebber, M. B.. Indígenas estudantes nas graduações da UFRGS: movimentos de re-existência. 2017. **Tese (Doutorado em Educação)**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.
- Doebber, Michele Barcelos; Bergamaschi, Maria Aparecida. JOVENS INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE: movimentos de apropriação e re-existência. **Movimento-revista de educação**, v. 7, n. 13, 7 ago. 2020.
- Domingos, A.. Mulheres indígenas e não indígenas, a maternagem e a universidade: reflexões de uma estudante Kaingang de serviço social. 2022. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social)**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022.
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, programa de apoio à retomada do desenvolvimento do Rio Grande do Sul - RS- PROREDES BIRD. **Marco dos povos indígenas do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, 2012.
- Fernandes, R. M. C.; Ames, V.; Domingos, A.. Encontros e desencontros das ações afirmativas no ensino superior: as resistências dos estudantes indígenas. **O Social em Questão**, ano XX, n. 37, p. 71-90, 2017.
- Ferreira, R. C.. Os estudantes indígenas em cena: a memória coletiva sobre a inclusão na universidade. 2014. **Dissertação (Mestrado Profissional de Memória Social e Bens Culturais)**, Unilasalle – Centro Universitário La Salle, Canoas, 2014.
- Franckini, R. S.. A conquista da Casa do Estudante Indígena da UFRGS e a permanência de estudantes indígenas no Ensino Superior. 2023. **Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais)**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Características gerais dos indígenas. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pesquisa/23/47500?detalhes=true> Acesso em: 28 de julho de 2023
- Jardim, D. F.. Alteridades e (in)visibilidades: uma perspectiva antropológica sobre direitos humanos e dignidade. In: Jardim, D. F.; López, L. C. (Org.). **Políticas da Diversidade: (in)visibilidades, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.
- Jardim, D. F.; López, L. C.. Introdução. In: Jardim, D. F.; López, L. C. (Org.). **Políticas da Diversidade: (in)visibilidades, pluralidade e cidadania em uma perspectiva antropológica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

Kós, C. V. N. M.. Candidaturas indígenas no sul da Bahia. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 33ª. 2022, Online. Anais eletrônicos da 33ª RBA. Online: ABA Edições, 2022.

Nascimento, S. J.. Circulação de crianças guarani e kaiowá: entre políticas e moralidades. 2020. **Tese (Doutorado em Antropologia Social)**, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

Oliveira, J. P. de. Descolonizar as autorrepresentações da Antropologia! Etnografia enquanto compartilhamento e comunicação. In: Mura, Fabio; Secundino, Marcondes de Araújo; Silva, Alexandra Barbosa da (Org.). **Povos Indígenas e relações de poder: olhares sobre a América do Sul**. Campina Grande: eduepb, 2019.

Santos, E. A. R. dos. Reprodução da vida Warao: impactos e transformações a partir do contexto urbano de Manaus/AM, 2021, 183 f. **Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)** – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

Sigaud, L.. A forma acampamento: Notas a partir da versão pernambucana. **Novos Estudos - CEBRAP**, nº 58, p. 73-92, 2000.

UFRGS, Conselho Universitário. **Decisão N° 134/2007 do Conselho Universitário – CONSUN**, Porto Alegre, 2007

UFRGS. Painel de dados: Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/paineldedados/graduacao> . Acesso em: 01 de julho de 2023.

Venancio, M. M. R.. Os Kariri-Xocó “são políticos, sim!”: Na disputa eleitoral à Câmara de Porto Real do Colégio. **Novos Debates**, v. 5, n. 1-2, 2019